

Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise

Elaine Rossetti Behring

Resumo: O trabalho debate a lógica que orienta a formação e alocação do fundo público, e que configura o padrão recente de financiamento público, como um componente central e *in flux* no processo de produção e reprodução do capitalismo em crise estrutural. O fundo público opera na garantia das condições gerais de produção e é um suporte essencial na administração das crises em geral, em especial desta que se arrasta desde meados dos anos 70 do século XX (Mandel, 1982). A imensa socialização dos custos da crise operada pela formação e repartição desigual do fundo público – aqui entendido como compósito de trabalho excedente e trabalho necessário, com participação cada vez maior deste último (Behring, 2010 e 2012) – expressa o aprofundamento da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Este modo de ser do fundo público dá suporte à ofensiva do capital sobre o trabalho com ampliação dos mecanismos de subsunção do trabalho ao capital e da exploração. Corrobora, concomitantemente, os processos contemporâneos de expropriação, tendo em vista a garantia das condições gerais de operação da lei do valor, dentre as quais a oferta da força de trabalho a baixíssimo custo, numa escala inédita e destrutiva. Nesse sentido, o ataque aos direitos e serviços assegurados pelas políticas sociais pode ser visto como expropriação contemporânea, tendo em vista as condições de oferta para máxima exploração da força de trabalho em tempo de crise.

Palavras-chave: Fundo Público, Crise do Capital, Trabalho, Exploração, Expropriação

Public fund, exploitation and expropriations in crisis capitalism

Abstract: The paper discusses the logic that guides the formation and allocation of the public fund, and which sets the recent pattern of public financing as a central and in flux component in the process of production and reproduction of capitalism in structural crisis. The public fund operates to guarantee the general conditions of production and is an essential support in crisis management in general, especially in the mid 1970s (Mandel, 1982). The huge socialization of the costs of the crisis caused by the formation and unequal distribution of the public fund - here understood as a composite of surplus labor and necessary work, with increasing participation of the latter (Behring, 2010 and 2012) - expresses the deepening of the contradiction between the Development of productive forces and social relations of production. This mode of being of the public fund supports the offensive of capital over labor by extending the mechanisms of subsumption of labor to capital and exploitation. At the same time, it corroborates contemporaneous processes of expropriation, with a view to guaranteeing the general conditions of operation of the law of value, including the supply of labor at a very low cost, on an unprecedented and destructive scale. In this sense, the attack on the rights and services provided by social policies can be seen as contemporary expropriation, given the conditions of supply for maximum exploitation of the labor force in times of crisis.

Keywords: Public Fund, Capital Crisis, Labor, Exploitation, Expropriation

1. INTRODUÇÃO

O tempo presente, de decadência e crise do capitalismo monopolista e imperialista em sua maturidade, e que adentra numa onda longa com tonalidade de estagnação (Mandel, 1982) desde fins dos anos 60 do século XX, apesar da imensa reação burguesa desde o advento do neoliberalismo como projeto de governos em fins dos anos 70, está repleto de sinalizações de barbarização da vida. Estas vão desde o descolamento de enormes icebergs em função do aquecimento global produzido pelo metabolismo do capital, engendrado pelas decisões microeconômicas “racionais” das classes dominantes, com o apoio de seus Estados, mas que geram uma irracionalidade total; passam pelo belicismo e a ameaça de confrontos nucleares; e se expressam muito especialmente pela enorme ofensiva sobre as maiorias – a classe trabalhadora - tendo em vista a apropriação do tempo de trabalho à baixo custo, explorando o diferencial de produtividade do trabalho na hierarquia da economia-mundo. Isso fica evidente com as contrarreformas dos Estados (Behring, 2003) com destaque para o campo das políticas sociais e legislações trabalhistas. Na França, um país de capitalismo central, e no Brasil, heterônimo e dependente, vimos recentemente o avanço de draconianas contrarreformas trabalhistas. No primeiro caso, se trata de quebrar definitivamente o que se chamou de relação salarial, instaurando o reino da precariedade e da insegurança do trabalho numa sociedade que conheceu o pleno emprego keynesiano. No Brasil, se trata de mais um capítulo da superexploração da força de trabalho (Marini, ...), num capitalismo marcado pela inexistência do pleno emprego keynesiano e de um Estado Social com coberturas amplas, diga-se, pelo trabalho desprotegido para as maiorias, expandindo essa forma para aquela parte da população economicamente ativa que contava com alguma proteção. Não basta apenas a expansão contínua do desemprego estrutural e de longa duração que se assiste desde a viragem dos “Anos de Ouro” para a o ambiente da crise, que muitos apontam como estrutural (Mandel, 1982 e 1990; Meszáros, 2002), com a conseqüente ampliação do exército industrial de reserva. Trata-se de espremer o tempo de trabalho necessário até o limite físico, até a última gota. Nessa direção, a captura direta do fundo público – como opera o capital portador de juros pela chantagem das dívidas dos Estados - ou o seu direcionamento para suportes ao capital tornaram-se viscerais à reprodução ampliada do capital, tanto quanto a criação das condições ótimas de oferta da força de trabalho à baixo custo, pressionando os trabalhadores a aceitarem qualquer trabalho e qualquer salário. Daí decorre a necessidade de desregular as relações de trabalho e de atacar os salários indiretos,

na forma das políticas sociais. Estas últimas também são pressionadas pelo que Mandel chamou de supercapitalização, já que na crise os capitais superacumulados buscam nichos de valorização, transformando serviços públicos em mercadorias, o que termina por compor também as expropriações na sua forma atual (Fontes, 2010). A esses processos, soma-se a realização de contrarreformas tributárias regressivas, ampliando a tributação indireta e fazendo recair cada vez mais sobre o trabalho necessário, em muitos países inclusive no Brasil, a maior parte da composição do fundo público, numa espécie de segundo momento da exploração, agora na forma tributária.

Diante do exposto, retomamos aqui algumas reflexões que vimos fazendo sobre o fundo público e a crise do capitalismo em curso, já que tais dinâmicas e lógicas parecem corroborar os processos de expropriação em formas renovadas, tal como debatem Fontes (2010) e Boschetti (2016), como condição *sine qua non* para o aprofundamento da exploração da força de trabalho, em busca do valor. Pensamos que as expropriações no sentido clássico marxiano (Marx, 1982: capítulo XXIV) são um processo permanente no capitalismo, em especial nos poucos territórios ainda disponíveis para as incursões violentas do capital. No entanto, as perdas de conquistas importantes da força de trabalho desde a limitação da jornada de trabalho no século XIX, bem como as incursões sobre o trabalho necessário podem ser vistos como processos contemporâneos de expropriação tendo em vista as condições para a exploração em escala exponenciada. Assim, esses são processos que se requisitam.

2. O Fundo Público pela ótica da crítica marxista da economia política¹

Nesta sessão vamos debater a categoria fundo público a partir de nossa apreensão de seu modo de ser no capitalismo, com suas determinações e contradições, a partir da pesquisa que vimos realizando há alguns anos buscando relacionar fundo público e valor, contando com a interlocução no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/UERJ) e com pesquisadoras(es) da UnB, UFRN (Procad/CAPES) e da UFRJ (NEPEM), destacadamente.

¹ A primeira versão desta parte do texto foi originalmente apresentada no XV Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (Ribeirão Preto, 2016). Aqui apresentamos uma revisão daquele texto.

Nosso primeiro contato com o tema do fundo público se deu, na verdade, a partir da categoria mandeliana de *capital estatal* (Mandel, 1982), que parece a princípio ter o mesmo sentido geral que o fundo público em Oliveira (1998), qual seja, o conjunto de recursos que o Estado mobiliza, que extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos, etc, para o desempenho de suas funções. Recente trabalho de Salvador (2015, p. 9) é bastante preciso quanto a essa visão mais geral. Segundo ele: “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas ou pelo uso de suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público”. Salvador destaca quatro funções do fundo público na economia: o financiamento do investimento capitalista, das políticas sociais, da infraestrutura, e a remuneração do rentismo. Mas essa é ainda uma aproximação genérica. Se ultrapassamos este patamar, vamos desvelar importantes diferenças entre Mandel e Oliveira, e mais, mediações e contradições que tornam o fundo público um tema palpitante para quem busca compreender, sob a lupa da crítica da economia política, a totalidade concreta, a sociedade burguesa contemporânea, madura e decadente. Vamos brevemente percorrer alguns argumentos e caracterizações sobre o assunto no campo da tradição marxista brasileira, estabelecendo com elas um diálogo crítico, a partir do qual explicitaremos nossa própria visão do fundo público.

Uma primeira abordagem do fundo público a ser de partida superada é aquela que confunde o fundo público como categoria teórica com os fundos setoriais conforme a definição legal, que prevê fundos de gestão orçamentária, de gestão especial e de natureza contábil. Embora possa parecer óbvia, faz-se necessário estabelecer definitivamente essa distinção, e refutar a confusão que está presente menos em textos e mais em debates. Esta reflexão se encontra claramente sistematizada em Salvador e Teixeira (2014, p. 16 e 17), pelo que não iremos nos deter neste tema. Busca-se apenas registrar que não estamos falando aqui dos fundos nacionais de saúde ou assistência social, ou do fundo de participação dos estados e municípios, mas do conjunto da capacidade extrativa do Estado, que desborda inclusive o orçamento público que é um dos instrumentos centrais de gestão do fundo público, mas que não se confunde com o mesmo.

Duas outras abordagens requisitam de nós uma atenção maior: a que trata o fundo público a partir da categoria de excedente, na abordagem singular dos marxistas Paul Baran e Paul Sweezy; e a que aborda o fundo público a partir da caracterização de

antivalor, em concordância parcial ou total com o texto seminal do marxista brasileiro Francisco de Oliveira (1998).

Temos sido indagadas em debates sobre se o fundo público não seria a parte do excedente econômico apropriada pelo Estado. Nos deparamos também com publicações que sustentam o trato da política social na sua relação com a economia, partindo desta categoria em Baran e Sweezy (1978), a exemplo de Paiva et alii (2010), ou que a contestam, mas sob uma angulação diferente da nossa, como em Souza Filho (2015). Vejamos. Paiva et alii (2010), após corretamente indicar que a política social se coloca no terreno das relações sociais capitalistas, especificamente da ordem monopólica, com base em Netto (2006), afirmam que:

Eis que chegamos a um ponto analítico primordial para a apreensão da política social na sociedade capitalista: o excedente. De acordo com estudo clássico de Baran e Sweezy (1966), a modificação essencial que opera o capitalismo dos monopólios, no curso da acumulação de capital, refere-se à substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela *lei do excedente crescente*. (2010, 159)

Nesse sentido, a política social integra um conjunto de expedientes do capitalismo monopolista assumidos pelo Estado para absorver o excedente crescente, o qual se torna um problema, já que o consumo e a acumulação não logram fazê-lo. As despesas com publicidade, gastos militares e a administração civil, onde se incluem as políticas sociais, tornam-se, portanto, meios de absorção do excedente em abundância, o que torna obsoleta a abordagem marxiana da queda tendencial da taxa de lucros. Para as autoras, a administração pública em escala de massa se torna inteligível a partir das dificuldades de alocação do excedente econômico. A partir daí, prosseguem numa reflexão sobre o excedente na periferia do capitalismo, mais especificamente na América Latina, do que não iremos tratar dada a proposta deste texto, que persegue o debate teórico sobre o fundo público. Embora não operem com a categoria fundo público no texto, as indagações sobre se o mesmo é o excedente se materializam para nós nesta reflexão, o que parece ser corroborado por Souza Filho (2015a, 6) na sua abordagem crítica sobre o fundo público como excedente.

Tivemos a oportunidade de realizar um estudo sobre a concepção de excedente em Baran e Sweezy (1978)², cujos resultados foram publicados em Behring, 1998. Ali percorremos cuidadosamente o trabalho dos autores, na busca dos aportes da tradição marxista pós-guerra para a compreensão do capitalismo contemporâneo e da política social. Baran e Sweezy consideram que a obra marxiana requer revisões³, já que se debruçou sobre o capitalismo competitivo. Quais revisões? Dar centralidade aos modos de utilização do excedente na ordem monopólica, que articulam economia e superestrutura política, cultural e ideológica. Para eles o excedente é “a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção” (1978, p.19), contrapondo-se à ideia tradicional de mais-valia como lucro, juros e renda da terra. Os autores mergulham nas estratégias dos monopólios para a maximização dos lucros que engendram uma tendência ao crescimento exponencial do excedente. Neste momento, eles destacam as estratégias na esfera da circulação, especialmente os mecanismos de preços no mercado, afastando-se claramente da lei do valor como elemento nodal de explicação da dinâmica da concorrência no capitalismo. Isso fica ainda mais nítido quando afirmam que a lei do excedente crescente *substitui* a tendência de queda da taxa de lucro (1978, p. 79), embora desenvolvam de forma insuficiente este argumento, passando a descrever alguns aspectos importantes do capitalismo monopolista, sem dúvida expressões reais de suas contradições, mas cuja explicação se afasta da teoria do valor-trabalho. Naquela ocasião indagávamos sobre o crescimento do excedente (efetivo, potencial ou planejado), segundo Baran (1984):

Não seriam (...) a expressão contundente da luta incansável do capital pela continuidade das relações capitalistas de produção? Não seriam as formas de utilização do excedente econômico potencial exatamente a criação de contratendências necessárias às crises cíclicas de superprodução, agora

² A publicação original é de 1966.

³ Pensamos que a obra de Marx (e Engels) não deve ser tratada como exegese de “livros sagrados”, e as tentativas de atualização, na medida em que a história se move e o capitalismo se modifica são inteiramente legítimas e constitutivas do método do materialismo histórico e dialético. Mas isso não significa aceitar toda e qualquer revisão, considerando a tradição marxista como um amplo movimento, com grande fecundidade, mas também com invasões positivistas e desventuras históricas, a exemplo do que Coutinho (1972) caracterizou como a miséria da razão também no marxismo, e dos manuais stalinistas. Os autores em pauta não padecem nem do estruturalismo nem do marxismo-leninismo empobrecido, mas dialogam claramente com o keynesianismo, o que traz implicações ecléticas ao seu trabalho.

transformadas em recessões, no melhor estilo Keynesiano? (Behring, 1998, p. 55)

O trabalho dos marxistas americanos é muito interessante quando mostra as várias formas de absorção do excedente, revelando aspectos importantes do capitalismo pós-guerra e da sociedade capitalista americana, com destaque correto ao armamentismo, ao racismo, e ao desperdício, antecipando em muito algumas reflexões de Mézaros (2002) sobre o luxo e o consumo conspícuo. Porém, apesar de seus esforços e até de certa autocritica quanto à ausência do debate do trabalho e da tecnologia em sua reflexão, ao fazerem a revisão de um pilar fundamental da teoria social de Marx – a lei do valor e decorrente dela a tendência de queda da taxa de lucros, em que pese o crescimento da abundância - não compreendem a natureza paradoxal do excedente econômico. Recusam a tendência de queda da taxa de lucro, um móvel decisivo das contradições do capitalismo e que vai requisitar suas causas contrariantes, parte delas operadas pelo fundo público, no âmbito da contradição entre abundância e queda da taxa de lucros. De forma que ficamos com o problema distributivo do excedente, não enquanto mais-valia socialmente produzida e em seguida repartida, mas numa apreensão ampla e imprecisa que revela o capital buscando nichos de valorização, mas não as razões mais profundas de sua busca desesperada, incansável e destrutiva.

Desta forma, além de excedente não se confundir com fundo público, este caminho no qual a questão central para o capitalismo monopolista é o estímulo da procura – o que mostra uma fronteira com categorias do universo keynesiano –, longe de infirmar a queda da taxa de lucros, ao nosso ver a confirmaria, pois o excedente é mobilizado intensamente para conter as tendências de estagnação crônica, segundo os próprios autores, ou seja, de crise, cujas razões de ser estão na superprodução e superacumulação, categorias surpreendentemente ausentes no universo dos autores. No caso da administração civil, onde se incluem as políticas sociais, se trata de ampliar a procura efetiva. E nesse sentido haverá uma luta em torno do dispêndio governamental, sendo que os autores chamam a atenção para o aumento abrupto das despesas militares, ainda que as transferências financeiras – seguro e benefícios sociais – também cresçam. O que mostra a perversidade dessa sociedade da abundância. Se há uma abordagem anticapitalista e com passagens primorosas em Baran e Sweezy, o esvaziamento de determinações que vem da produção e a remissão das contradições para a circulação e a luta distributiva constituem uma armadilha teórica, razão pela qual não adotamos o conceito de excedente dos autores para pensar acerca do fundo público, sua formação e

alocação e sobre as políticas sociais. Ao nosso ver, as formulações de Marx sobre o valor são de uma atualidade impressionante, sendo imprescindíveis como fundamento para pensar o capitalismo contemporâneo, apesar da necessidade metodológica de atualização e acompanhamento do processo histórico-estrutural. Este é um esforço para o qual Baran e Sweezy contribuem, ainda que de forma limitada, razão pela qual consideramos mais fecunda a categoria de capitalismo tardio em Ernest Mandel, complementada pelos trabalhos de Istvan Meszáros, David Harvey e François Chesnais, dentre outros.

Souza Filho (2015, p.6) segue em semelhante direção crítica ao conceito de excedente nos autores, que para ele substituem a categoria mais-valia por excedente. Ele incorpora uma crítica de Mandel acerca de certa ausência da luta de classes e do trabalho no raciocínio dos autores, e sua ênfase no excedente como um móvel praticamente automático. Neste passo, reivindica como nós o caminho da teoria do valor-trabalho e a luta de classes. No entanto, Souza Filho (2015a e b) adota a perspectiva de que o fundo público é um antivalor, conforme a formulação de Francisco de Oliveira (1998), o que nos remete ao outro campo de polêmicas que queremos destacar sobre o fundo público. Aqui temos dois eixos a comentar criticamente: o fundo público como antivalor; e a possibilidade da “retração da base social da exploração” via fundo público como antivalor alocado nas políticas sociais.

A primeira observação a fazer é a de que o texto de Oliveira (1998), ademais como o conjunto da obra do autor, é muito instigante e provocativo. No entanto, vimos adotando suas teses apenas em dois sentidos. Primeiro, de que a mudança de qualidade da presença do fundo público no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial é a expressão da maturidade do capitalismo e das formas que assumem suas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, implicando em um novo padrão de financiamento público. Essa tese de Oliveira nos parece indiscutível e se constitui num fundamento da nossa própria reflexão. Segundo, e daí decorrente, a caracterização de que o fundo público passa a ser um componente estruturante, *ex ante* e *ex post*, segundo Oliveira (1998), ou *in flux* do capitalismo, em nossa formulação (Behring, 2010 e 2012). Esse entendimento é fundamental para compreender o quanto se tornou estratégica a direção do Estado burguês pelos vários capitais para operar uma nova repartição do butim, nos termos marxianos – o fundo público como um *mix* de mais valia (trabalho excedente) e de trabalho necessário – em favor dos segmentos hegemônicos. No tempo presente, por exemplo, o capital portador

de juros realiza a punção de grande parte do fundo público por meio da dívida dos Estados nacionais, de entes subnacionais, e de empresas estatais. Porém, o fundo público é também central para os trabalhadores, tendo em vista se apropriarem do que deles foi extraído ou expropriado, no sentido de sua reprodução social imediata. Ou seja, estamos com Oliveira (1998) quando mostra que a luta de classes e seus segmentos incide sobre a dinâmica do fundo público, seja de sua formação – com o conflito tributário -, seja de sua alocação, com o conflito distributivo, a exemplo das disputas de vida e morte em torno dos orçamentos públicos. No entanto, nossa concordância aí se encerra, pois, os desdobramentos que vem em seguida na obra de Oliveira são bastante controversos, se partimos da crítica marxista da economia política.

Souza Filho afirma que Oliveira, quis ressaltar a contradição do sistema expressa no antivalor (2015b, p. 17). Pensamos que nosso interlocutor refuta a crítica que fizemos a Oliveira em Behring, 2008, mas não explora todas as consequências do raciocínio daquele, no qual a partir da lógica do antivalor sustenta a existência de um novo modo socialdemocrata de produção, a partir da experiência do Estado de bem-estar social, ao nosso ver geopolítica e historicamente situada (Behring, 1998). Assim apontamos que o antivalor em Oliveira é mais que “apenas a tensão/contradição do sistema, mas não sua superação” (Souza Filho, 2015b, p. 17), na medida em que a experiência socialdemocrata é apontada como um novo modo de produção, onde o antivalor representa a possibilidade de “retração da base social da exploração”. Souza Filho chega a dizer que as reflexões de Oliveira encontram respaldo também nos aportes de Mandel (1982), na medida em que este último identifica a expansão do Estado e as contradições daí decorrentes, citando uma passagem de Mandel que não me parece corroborar a lógica de Oliveira (Souza Filho 2015, p. 18). Na verdade, Mandel é bastante cético quanto ao potencial redistributivo dos salários indiretos, que operam para ele no máximo uma redistribuição horizontal de renda e são incapazes de incidir efetivamente sobre o processo de exploração sob o comando da mais valia relativa no centro do sistema, em combinação com a superexploração da periferia. E para Mandel, como para nosso debate, existe contradição e luta de classes. Mas não se pode inferir daí que o raciocínio mandeliano corrobore o antivalor, e conceitos como desmercantilização e antimercadorias sociais, como expressão desta contradição. Os salários indiretos operam na lógica do valor, e não como uma espécie de lado de fora, ainda que exista contradição: a disputa pela possibilidade da reprodução ampliada do capital e do trabalho, tendo como suporte e pressuposto o fundo público.

Em Mandel não há respaldo à ideia de desmercantilização da força de trabalho a partir da expansão dos gastos sociais, típica do projeto da socialdemocracia, que ele critica veementemente e cuja possibilidade histórica esteve vinculada a pré-condições, tais como: a revolução de 1917 na Rússia, duas guerras mundiais, a guerra-fria, o Plano Marshall e a terceira revolução tecnológica, além da hierarquia na economia mundo, sob hegemonia norte-americana, no contexto de um desenvolvimento desigual e combinado, superexplorando a periferia. De forma que não há um novo modo social democrata de produção, mas a exploração do diferencial de produtividade do trabalho na economia mundo, permitindo determinadas condições de vida e de trabalho nos países centrais, durante determinado período de tempo. E a expansão dos salários indiretos tem relação com o pacto fordista-keynesiano e os ganhos de produtividade do trabalho, no contexto da correlação de forças do pós-guerra, onde parte da classe trabalhadora saída da resistência ao nazi-fascismo, armada e exaurida, foi convencida de que este modo de produção ainda tinha algo de civilizatório a oferecer, após a guerra, a derrota da revolução espanhola e a ascensão do stalinismo⁴. Estas são algumas determinações centrais da possibilidade histórica dos Anos Gloriosos, marcados pela expansão dos gastos sociais, mas também pelo militarismo, o que é identificado por todos os esforços no campo do marxismo de explicação daquele período.

Assim, perceber o crescimento do fundo público como processo contraditório não pode tirar o foco da hegemonia que preside o processo, nem nos levar a mitificar as políticas sociais como uma espécie de lado de fora do valor, este que é a relação social organizadora – já que ao nos referirmos ao valor, estamos falando de indivíduos e classes sociais, de objetividade e subjetividade, de economia e política. As políticas sociais, financiadas pelo fundo público, estão no circuito do valor: reproduzem a força de trabalho, inserem os trabalhadores no circuito do consumo, realizam compras de mercadorias, fazem rotar o capital (Behring, 2012) e geram contratendências à queda tendencial da taxa de lucros. Não há um modo de produção socialdemocrata (Oliveira, 1998) ou um processo de acumulação expandida – num momento socialdemocrata de Harvey (2004) -, ou mesmo uma propriedade social (Castel, 1998), conceitos que ao nosso ver têm certa afinidade eletiva, ainda que Castel seja um socialdemocrata, mas não um marxista como os demais. Há a contradição entre as classes que tenciona a

⁴ O belíssimo filme *O Espírito de 45*, de Ken Loach, é muito esclarecedor das determinações da existência histórica do *Welfare State*.

produção do valor e o processo de reprodução, ademais visceral e dialeticamente vinculados.

Outro autor que incorpora o conceito de fundo público é Áquilas Mendes (2012) em seu importante trabalho sobre a saúde a partir da crítica da economia política. Ele adota também a ideia de antivalor em Oliveira (1998). Para ele a implosão do valor pela lógica do fundo público como anticapital ou antivalor sustentada pelo sociólogo paulista é uma abordagem inovadora, expressando a contradição do fundo público, que tem o potencial de desmercantilizar a força de trabalho, a partir do peso do salário indireto (Mendes, 2012, p. 102). Mendes lembra que Oliveira leva esse raciocínio ao limite, chegando a apontar que essa nova dinâmica do fundo público desloca o fetiche da mercadoria para o fetiche do Estado. Para Mendes, como em Souza Filho, Oliveira quer apenas expressar a contradição neste novo padrão de financiamento público que se ergue no pós-guerra. No entanto, Mendes introduz um elemento novo, qual seja, de que a proposição de Oliveira teria validade limitada, considerando a ofensiva neoliberal e a hegemonia do capital portador de juros a partir dos anos 80, e no Brasil, dos anos 90. Mendes destaca os ataques do capital portador de juros ao orçamento público, citando o importante estudo de Salvador (2010), que mostram a captura do fundo público pelo valor, não pelo antivalor. A partir desta dinâmica, Mendes incorpora algumas de nossas proposições sobre o fundo público no contexto da crise do capitalismo. Para ele é possível falar em antivalor no período anterior, conforme Oliveira, o que teria validade limitada hoje em função de nova mudança no padrão de financiamento público, sob a dominância do capital portador de juros. Assim, houve um enfraquecimento da tese do antivalor, que estaria a exigir novas investigações.

Temos uma compreensão, exposta em Behring 2008, 2010 e 2012, de que o fundo público se forma a partir da mais-valia socialmente produzida, diga-se do trabalho excedente, que se reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre os quais incidirá a capacidade extrativa do Estado, a carga tributária, envolvendo todos os participantes do butim: o capital portador de juros, o capitalista funcionante/industrial, o capital comercial, os proprietários de terras. Mas o fundo público também se compõe do trabalho necessário - e diríamos, cada vez mais, com o advento do neoliberalismo e a ofensiva tributária por meio da expansão da tributação indireta, sobre o consumo (Salvador, 2010). Isso ocorre na medida em que, após o processo de exploração do trabalho que operou o processo de valorização do valor, se realiza uma nova punção dos salários a partir da carga tributária. Nessa direção, o fundo público é mais-valor

(trabalho excedente), mas com ele não se confunde, e é trabalho necessário. Esse caminho, ao nosso ver, permite observar que não necessariamente a existência de salários indiretos na forma das políticas sociais, com seus benefícios e serviços tem impactos redistributivos, pois há que considerar que o trabalho paga a conta efetivamente: produzindo mais-valia e sofrendo a “exploração tributária” (O’Connor, 1997 e Behring, 2010). Num contexto de ampliação das expropriações (Fontes, 2010 e Boschetti, 2016) e de ofensiva sobre o trabalho no sentido de assegurar a oferta nas melhores condições de sua subsunção real ao capital para o processo intensivo de valorização, é cada vez mais difícil pensar que a política social possa retrair a base social da exploração. Na verdade, elas vêm sendo pensadas para compensar focalizadamente a intensificação da exploração, que implica em processos de pauperização absoluta e relativa – na maioria das vezes combinadas a depender da luta de classes nos espaços nacionais e considerado o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca pelo diferencial de produtividade do trabalho. Nesse sentido é que crescem as dimensões assistenciais das políticas sociais e a própria assistência social como política pública. Mas vem sendo também um importante impulso para a rotação do capital em contexto de crise estrutural, impulsionando o consumo a partir da ênfase na transferência de renda, desde que não “desestimule” ao trabalho, de acordo com o discurso liberal. Contudo, cabe refletir que sua supressão ou diminuição draconiana de coberturas (expropriações atuais) realizadas na contrarreforma do Estado, opera nas condições de oferta da força de trabalho, diga-se, na disponibilização do trabalho ao capital, pressuposto da exploração. Vejamos agora o lugar do fundo público no contexto da crise do capitalismo.

3. Fundo público e crise estrutural do capital⁵

No verão de 1862, Marx escreveu notas sobre a crise de 1857 e 1858, considerada a primeira grande crise global do capitalismo, que estariam destinadas ao Livro IV de O Capital, o qual nunca veio a ser publicado. Após a morte de Engels, coube a Kautsky publicar essas notas, entre 1905 e 1910, sob o título de *Teorias sobre a Mais Valia*, numa edição considerada não muito bem feita. Apenas após a derrocada do estalinismo

⁵ A primeira versão deste texto foi publicada como parte do artigo de Behring, 2012.

em meados dos anos 1950, se fará uma edição russa deste texto a partir dos manuscritos originais, e que será a base de uma nova edição alemã. Nos anos 1970, Lucien Sève e Maximilien Rubel se dedicaram à tradução francesa total ou parcial desta obra que tem a discussão da crise como centro. Para apanhar a categoria crise em Marx e seu potencial explicativo para o tempo presente vamos trabalhar com a recente tradução francesa (a partir da segunda tradução alemã intitulada *Theorien über Mehrwert*) de Jacques Hebenstreit, que contou com um prefácio substantivo de Daniel Bensaid, intitulada *Les Crises du Capitalisme* (2009).

Marx inicia sua argumentação afirmando que as tendências de superprodução no capitalismo estão ligadas à sua dinâmica própria e critica a posição da economia clássica de Ricardo e Say, dentre outros, segundo a qual existiria um equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores, entre oferta e demanda. Para ele a crise pode ser desencadeada por elementos variados que levam a um bloqueio do processo de reprodução. Seu elemento detonador pode ser uma queda geral dos preços de revenda, tornando a reprodução difícil em função das perdas; uma alta imprevista das matérias primas pode também engendrar esse processo; a falta de provisão de meios de produção também pode operar, dentre outros elementos. O bloqueio da reprodução conduz à diminuição da massa de trabalho empregada, com impactos de baixa de salários e preços, alimentando a crise. Marx demarca que a produção capitalista persegue a mais-valia e que não está, portanto, destinada ao consumo dos produtores, os trabalhadores, e afirma, como em *O Capital*, que entre o instante do investimento e o momento de seu retorno podem se produzir catástrofes, dando ensejo à destruição de capital. Máquinas paradas e trabalho humano não efetuado são produção perdida, seu valor de uso e de troca se fundem, e portanto, não são capital nessas condições. Trata-se da depreciação do capital pela crise que impede sua utilização ulterior na mesma escala anterior (Marx, 2009 : 81). E é o momento em que os detentores de capital em liquidez aproveitam para adquirir títulos a baixo preço. A crise, em geral, implica em mudança dos proprietários da riqueza: “transferências de riqueza de uma mão a outra” (Marx, 2009 :83).

Todo o texto de Marx se dedica a um diálogo crítico com a economia política, especialmente Ricardo. Para ele, os apologetas do sistema se negam a considerar as contradições que nele operam e que remetem a crises periódicas, falsificando assim os fatos econômicos. A compra e a venda formam uma unidade de contrários e é na crise que a contradição se manifesta claramente, já que a aparente autonomia desses dois

momentos é destruída com violência. Para a economia política, na interpretação crítica marxiana, “a unidade de contrários excluiu a contradição” (Marx, 2009: 86). Da mesma forma, Marx recusa a visão simplista sobre o dinheiro, visto pela economia política como intermediário nas trocas e mero meio de circulação e não como uma forma de existência essencial e necessária do valor de troca das mercadorias. E o objetivo central dessa relação é o lucro, que advém da metamorfose da mercadoria em dinheiro. Porém, “a crise é justamente o momento da perturbação e da destruição do processo de reprodução” (Marx, 2009 : 92). Compra e venda são momentos separados de um mesmo processo, tal como produção e consumo, e isso caracteriza a produção burguesa. Como vimos na discussão da rotação do capital (Behring, 2012), podem existir sérias dificuldades na sua continuidade, temporais e espaciais, engendrando a superprodução e a superacumulação (pletora de capitais) decorrentes da interrupção do processo. Marx lembra mais uma vez que “a superprodução é função unicamente das demandas solventes” (Marx, 2009: 105), ou seja, ela acontece em razão das dificuldades de encontrar meios de pagamento nos quais se transmutam, em razão da separação e, na crise, verdadeira oposição, entre produção e circulação. Em outro momento, Marx lembra que, consideradas as necessidades reais dos trabalhadores poder-se-ia falar até em subprodução (Marx, 2009: 151). Quando se coloca portanto aquela situação de superprodução, o que é relativamente frequente, “a crise eclode” (Marx, 2009: 107).

A crise restabelece violentamente a unidade das fases do processo de produção e reprodução social que estavam autonomizadas pela dinâmica mesma da economia burguesa (Marx, 2009:111). No interior do processo operam diferentes capitais em diferentes formas de existência, impostas inclusive pela divisão social do trabalho, o que determina a amplitude e o conteúdo da crise. A interveniência dos papéis nas transações de compra e venda, torna mais complexo todo esse processo: “as interações entre dívidas e obrigações recíprocas e entre compras e vendas podem transformar a possibilidade de crise em crise real” (Marx, 2009:115). Marx aponta que no Livro II de O Capital, a discussão da crise ainda aparece incompleta, no seu sentido de restabelecimento violento da unidade entre os elementos tornados aparentemente autônomos (Marx, 2009: 118 e 119).

Ele então prossegue suas notas, caracterizando os diferentes tipos de crise do capitalismo. Resgata o raciocínio de que o surgimento das crises se relaciona aos processos de metamorfose do capital, sendo especialmente ligadas ao papel do dinheiro como meio de troca e como medida de valor, em momentos distintos no tempo. A mercadoria pode mudar de valor em função de seu equivalente monetário, o que não permitirá ao seu possuidor (da mercadoria) honrar seus compromissos, estabelecendo um curto circuito na cadeia de pagamentos e produzindo um efeito cascata de conjunto. As crises monetárias se caracterizam pela não realização de uma série de pagamentos em um intervalo de tempo determinado. Marx aponta que os economistas adoram encontrar aí as causas das crises, quando são na verdade expressões da mesma. Para ele, as condições da crise devem ser deduzidas das condições gerais da produção capitalista, a exemplo de uma alta de preços do capital fixo, a ser renovado para o reinício do ciclo, ou uma subprodução de capital circulante, que aumenta seu valor, aumentando também o valor final dos produtos, mas diminuindo a taxa de lucros.

Marx faz ponderações importantes sobre a crise de superprodução combatendo qualquer identidade possível entre produtores e consumidores. Os que produzem - os trabalhadores - não são consumidores dos artigos que serão consumidos na produção (meios de produção e matérias primas), e sequer do que produziram, a depender do ramo de produção. Não há identidade entre essas duas formas de existência. Os trabalhadores produzem de fato a mais-valia além de suas necessidades, para estar em condição de consumir ou comprar no estrito limite dessas mesmas necessidades, que são históricas e sociais. Por outro lado, o capitalismo tem uma tendência de crescimento permanente da produção sem consideração do limite do mercado, o que, a nosso ver, faz parte da alienação capitalista acerca do processo de reprodução social e suas possibilidades de interrupção. Seu limite, na verdade, é sempre dado, segundo Marx, pela dinâmica da taxa de lucro. Essas constatações levam à recusa peremptória da ideia liberal de equilíbrio. Para Marx, se a produção se desenvolve de forma simultânea e uniforme em todas as esferas, não se trata mais de produção capitalista; se a demanda e a oferta se equilibram, não se trata mais de produção capitalista (Marx, 2009: 160 e 161). A noção de equilíbrio no capitalismo formalizada idealmente pela economia política - sobre a qual Marx se dedica a construir sua crítica - é uma espécie de utopia dos liberais de primeira hora, e uma forte ideologia, quando o liberalismo se torna puro conservantismo e justificação.

É importante observar que a crise para Marx é de superprodução. Mesmo quando existem massas de valores na forma monetária – superacumulação – isso expressa o processo da superprodução em grande escala (Marx, 2009: 163). A crise geral do mercado mundial é para ele um momento em que todas as contradições da produção burguesa eclodem, fazendo aparecer abalos menores, que estavam dispersos e isolados. É nesse momento que se expressa de forma contundente a tendência de produzir em limites superiores às forças produtivas, sem considerar os limites do mercado, dos meios de pagamento disponíveis, e satisfazendo medianamente as necessidades dos produtores (Marx, 2009: 167). Os papéis, letras, títulos, ou seja, a forma monetária nas suas variadas vestes, tornam mais complexas as expressões da crise, mas suas razões devem ser buscadas nos elementos que engendram a superprodução, diga-se o bloqueio da rotação do capital, que paralisa seu fim último: a acumulação de capital. Interessante é a carta de Engels para Marx, sobre a crise de 1857: “Nesta crise, a superprodução foi geral como nunca, ela é inegável. A forma sob a qual a superprodução se dissimula, é sempre mais ou menos a extensão do crédito, mas desta vez, é muito especialmente a complacência com as letras de câmbio” (Engels apud Note Éditoriale In: Marx, 2009: 179). Se é evidente que o capitalismo contemporâneo tem especificidades, nos parece que a bússola de Marx e Engels pode e deve nos orientar na análise, para que não nos percamos na fantasmagoria dos papéis e nos mares revoltos das dívidas e possamos ir além das aparências quanto à caracterização da crise atual. Sua atualidade é incontestável, como mostra nossa incursão nos textos.

Diferente das análises que separam – de forma bizarra, concordando aqui com Bensaid (2009) – a esfera financeira da chamada economia real, pensamos, com Marx e o próprio Bensaid, que as razões da crise atual devem ser buscadas nas contradições que operam no coração do mundo do capital. A dupla existência da mercadoria, em valor de uso e de troca, é portadora da possibilidade de sua cisão, da mesma forma que a relação intrínseca entre produção e circulação e suas disjunções no espaço e no tempo. Bensaid (2009), com suas belas metáforas, coloca que o salto de um momento a outro pode ser mortal – a luta heroica do capitalismo contra suas tendências invariantes, a que se refere Harvey (1993) -, produzindo inclusive a ilusão de que o dinheiro teria a capacidade de reproduzir-se, sem passagem pelo processo de produção (Bensaid, 2009: 6). Portanto, como condição de existência, o capital tende à arritmia a um desequilíbrio lógico, como Marx mostra nas Teorias da Mais Valia (publicado como *Les Crises du Capital*, 2009). Essa disjunção da unidade da mercadoria e da relação

entre produção e consumo encontra prolongamento na separação entre lucro e juros, entre capital funcionante e capital portador de juros, no momento da repartição da mais-valia socialmente produzida. Para produzir mais-valia é necessário vender e o poder de compra também é achatado, tendo em vista uma maior extração de mais-valia, engendrando novas contradições. O crédito pode alimentar a renovação do ciclo, mas esse processo também encontra seus limites, caso a cadeia de pagamento aos credores sofra algum abalo. O capital portador de juros é a “forma mais alienada e mais característica” (Marx apud Bensaid, 2009: 13) do capital, constituindo-se na forma mais aparentemente autônoma do processo metabólico do capital. A superacumulação, que implica num excesso de liquidez de capital na forma dinheiro ou nos “papeizinhos”, como diz ironicamente Marx, é o anúncio da crise por excesso de capital em pletora. Assim, “saturação do mercado (superprodução) e superacumulação do capital são o verso e reverso de um mesmo fenômeno” (Bensaid, 2009: 13) e quando se encontram no espaço e no tempo, produzem cataclismas.

A autonomia do dinheiro pode levar a mercadoria à asfixia, no que Bensaid caracteriza como o calvário da mercadoria na circulação (Idem: 17), já que existe uma íntima ligação entre esses dois momentos, sendo a crise, portanto, uma consequência lógica, mas que depende de condições históricas. A fixação do capital em várias formas, mas especialmente no capital portador de juros, tende a mascarar essa dificuldade estrutural da reprodução social, considerando evidentemente que não se produz no capitalismo para atender à demanda real, mas solvível.

A partir dessas considerações, podemos partir para uma breve interpretação do momento presente e do papel do fundo público. O capitalismo do pós-guerra viveu seus trinta anos de “glória”, com crescimento fundado no fordismo-keynesianismo, e que geraram uma mais-valia monumental, boa parte dela apropriada na repartição na forma de juro, pelo mundo da finança, que ademais não está afastado da economia real, como já identificava Lenin (1987) em seu conceito de capital financeiro. Com a viragem do ciclo a partir de final dos anos 1960 e mais intensamente após o efeito catalizador (Mandel, 1982) produzido pela crise do petróleo (principal fonte de energia) de 1973-1974, este imenso capital acumulado se torna principalmente capital de empréstimo, via crédito, e de Investimento Externo Direto – IED, ainda que em muitas situações não crie ativos novos, mas opere pelo mundo todo mudanças de mãos da propriedade, concentrando-a mais que nunca, inclusive pelo mecanismo das privatizações (Chesnais, 1996 e Behring, 2003). Há que se considerar aqui também a restauração capitalista no

leste europeu e especialmente na China, que deram fôlego renovado ao processo real de acumulação a partir da extensão do domínio da produção de mercado com baixa da composição orgânica global, com superexploração do trabalho, ampliando as capacidades de produção, mas não necessariamente de consumo, e a um custo ecológico monumental⁶. Todo esse processo foi estimulado pela desregulamentação dos mercados orientada pela ortodoxia neoliberal. O credo férreo dos liberais e neoliberais no mercado como o melhor regulador, informante e elemento de coesão não encontra qualquer fundamento na realidade, e é por isso que, quando a crise efetivamente se instala após anos de implementação de políticas neoliberais, também serão vistos exóticos deslocamentos, uns mais e outros menos pragmáticos, no *mainstream* econômico.

Porém, concordamos com Bensaid quando aponta que o capital não sabe prosperar indefinidamente a crédito (Idem: 19), ainda que o fator China tenha sido um contraponto importante. Qualquer ameaça mais consistente de não cumprimento das obrigações assumidas, inicia a cadeia de falências e concordatas pelas dívidas acumuladas e aumentadas pela sanha insaciável dos juros, o lucro dos banqueiros, e dos especuladores. Aliás, as chamadas agências de notação de risco, que são sustentadas pelos próprios especuladores, e que hoje funcionam como bússola dos investidores e mecanismo de chantagem sobre os Estados fazem verdadeira folia, ganhando rios de recursos nas transações que induzem provavelmente⁷! A crise iniciou pela disjunção entre compra e venda, seguida pela interveniência do crédito na venda de moradias - a questão imobiliária nos EUA -, automóveis e bens de consumo durável com prazos e juros além do poder de compra no médio prazo. O crédito movimentou aparentemente a

⁶ Análise importante sobre a China pode ser encontrada em Harvey (2008). O mesmo autor, em conferência realizada na Universidade de Paris X, Nanterre, em 21 de novembro de 2011, organizada pelo Departamento de Geografia, afirmou que o colapso do mercado de exportações engendrado com a crise produziu a perda de 4 milhões de empregos naquele país após a criação de 27 milhões de postos de trabalho a partir de um massivo investimento do governo central e dos bancos. Se essa estratégia deu resultados expressivos até agosto de 2011, assemelhando-se ao programa americano pós-1929, ela começa a dar sinais de esgotamento em razão da forte vulnerabilidade externa, apesar da China conduzir uma relação diferente entre Estado e bancos, com controle do fluxo de capitais. Para ele a China não é uma espécie de alavanca do mundo, uma solução estável como querem fazer crer.

⁷ Detalhadas explicações do modo de funcionamento e análises críticas, com diferentes perspectivas teóricas, sobre o significado dessas agências de notação de riscos encontram-se em Didier (2011), Chesnais (2011) e Lordon (2008).

produção estagnada desde a viragem do ciclo, mas com uma folia de curto prazo, antes do advento de seu momento mais violento, a partir de 2008 e 2009.

Bensaid, numa ótima síntese (Idem: 21 e 23) por nós adensada, chama atenção para a operação da queda tendencial da taxa de lucros como determinante das crises em geral e desta em particular. Como tendência que se impõe e se torna visível pela sua negação, ou suas causas contrariantes (Marx, 1982; Behring, 2010), a reação burguesa a sua crise vem por meio dos seguintes expedientes: aumento da exploração do trabalho pela reestruturação produtiva, na busca pelo aumento da taxa de mais-valia; pelo movimento predatório imperialista, que permite explorar o diferencial de produtividade do trabalho e baixar os custos das matérias primas, reprimarizando as pautas de exportações alguns países, tendo em vista as suas vantagens comparativas e sustentação no mercado mundial, como é o caso do Brasil (Gonçalves e Filgueiras, 2007 e Fontes, 2010); pela interveniência no sentido de acelerar a rotação do capital, acionando a publicidade, do marketing, o crédito e a gestão ótima dos estoques de mercadorias, a obsolescência planejada das mercadorias - o que remete ao debate sugerido por Mészáros (2002) acerca da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, bem como ao brilhante e premonitório capítulo de Baran e Sweezy (1978) sobre a descartabilidade e o luxo no mundo da produção -, movimento este que busca compensar a baixa da taxa de lucros pelo aumento de sua massa (Idem: 25); e pelo incremento da intervenção pública, socializando as perdas, redirecionando as despesas, realizando renúncia e outras ajudas fiscais para o capital e, sobretudo, fortalecendo a indústria de armamentos.

Esse conjunto de medidas contrarreformistas⁸, no entanto, não foi capaz de contrarrestar a eclosão da terceira maior crise generalizada do capitalismo, ainda que tenha produzido um crescimento espetacular da desigualdade de renda e patrimônio. Houve uma queda significativa do peso dos salários na renda nacional da maioria dos países, no mesmo passo do crescimento da concentração da riqueza. O ritmo da rotação mantido nos últimos anos pelo mecanismo do crédito, mais que irresponsável e por vezes criminoso, caiu e mostrou que não é eterno (Idem: 35). Quando a crise advém, revela sua natureza real de uma crise latente de superprodução, escamoteada pelo

⁸ Encontramos em Bensaid (Idem: 31) este termo no mesmo sentido em que o reconstruímos na dinâmica brasileira em Behring (2003). Outros autores franceses também o utilizam para caracterizar as medidas neoliberais e as perdas dos direitos conquistados nos tempos de pleno emprego e do Estado Social.

incremento do crédito, o que fez com que muitos a caracterizassem como crise das finanças, como se o mundo das finanças fosse uma forma desviante do capitalismo e não uma forma essencial. E o fundo público comparece de forma intensa para assegurar as condições ampliadas de reprodução do capitalismo, mesmo que para tamanha intervenção seja mobilizado o termo austeridade, que na prática significa o ataque aos direitos, as expropriações mediadas pelo capitalista coletivo (Ianni, 1984) ou capitalista total ideal (Mandel, 1982), o Estado burguês orientado pela “nova razão do mundo” neoliberal (Dardot e Laval, ano).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incursão que realizamos até aqui, nos permite algumas ilações sobre o fundo público e a política social. Sobre o primeiro, pode-se dizer que sempre teve um papel importante na rotação do capital e na gestão das crises, e hoje esse lugar encontra-se exponenciado. Na rotação, o fundo público – que se compõe de recursos compulsória e desigualmente extraídos dos trabalhadores e das corporações, penalizando em geral os primeiros (Behring, 2010 e Salvador, 2010-a e 2010-b) - atua nos processos de incremento da metamorfose da mercadoria em dinheiro. O fundo público faz isso por meio das compras do Estado, dos salários dos seus trabalhadores, especialmente quando este desenvolve crescentes atividades, no contexto monopolista e fordista-keynesiano, bem como atualmente ainda que com prioridades diferentes dos anos de forte crescimento. Isso inclui a política social, com destaque para os programas de transferência de renda e aposentadorias, que atuam na ponta do consumo, mas também nas compras do Estado, bastando citar a saúde ou a construção de moradias populares. O fundo público é partícipe do sistema nacional de crédito, como seu garantidor último, condição em que é chamado a atuar em caso de crise, injetando dinheiro no sistema, gerindo os riscos. Lembramos neste momento daquele fundo monetário de reserva a que se referia Marx acima. O Estado é elemento importante também no circuito da produção, assumindo ramos conexos, sendo a indústria de armamentos essencial nesse processo, como mostram os enormes orçamentos de defesa externa e interna (armamento das polícias, para contenção interna acompanhada da criminalização da resistência). E há a dívida pública, mecanismo pelo qual os Estados transferem parte da riqueza socialmente produzida para o capital portador de juros, o verdadeiro maestro do momento presente de mundialização e financeirização do capital.

A crise recente tratou de mostrar as reservas dos Estados e sua disponibilidade para salvar as instituições bancárias e algumas empresas. No entanto, a crise continua agora na forma do endividamento dos Estados, que lançam planos de austeridade e de punção fiscal sobre os trabalhadores para se sustentarem, com um custo social altíssimo, a exemplo da situação social grega e espanhola, como expressões mais graves desse processo. Chesnais (2011)⁹ fala da ilegitimidade das dívidas dos Estados europeus em seu mais recente trabalho, mostrando seu crescimento espantoso após a *débâcle* de 2008 e 2009, a partir das operações de salvamento das corporações e instituições financeiras envolvidas na crise, e o crescimento de seu peso nos orçamentos dos estados. Na França, as obrigações da dívida são a segunda rubrica do orçamento, em seguida à primeira, a educação nacional, e à frente da defesa, dados e análise que também estão presentes em Didier (2011).

Sobre a política social, como aplicação do fundo público, ela participa do processo de incremento da rotação do capital e, portanto, do circuito do valor. Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome, a exemplo de empréstimos internacionais brasileiros que são contraídos para objetivos específicos da política social e que aparecem nas contas das políticas sociais brasileiras. A política social, inclusive, transfere recursos para os bancos para gestão dos programas de transferência de renda, como revela a pesquisa de Silva (2010 e 2012). Reafirmamos aqui, no entanto, a natureza contraditória da política social (Behring e Boschetti, 2006), à medida que produz acesso a direitos conquistados pelos trabalhadores e, desde a viragem para a onda longa de estagnação, estão em xeque, inclusive sendo redirecionadas para a lógica do consumo e do produtivismo, via transferência de renda (Boschetti, 2012), ao invés da lógica dos direitos e serviços gratuitos e universais, como aponta Michel Husson. A política social, deslocada do keynesianismo e da inspiração *beveridgeana*, vem sendo refuncionalizada e tensionada pela supercapitalização, termo de Mandel (1982) que busca caracterizar o *espraiar* do capital para zonas antes não mercantis. Trata-se de uma decorrência da supercapitalização, do excesso de liquidez de capitais que passam a

⁹ Chesnais fala também das dívidas odiosas, contraídas de forma antidemocrática pelos Estados e entes sub-nacionais. Vale dizer ainda que o autor corrobora a ideia de que se trata de uma crise de superprodução com várias expressões: financeira, alimentar, ecológica.

buscar nichos de valorização industrializando determinados setores, a exemplo da saúde, da educação, da previdência social e outros.

O fundamental nesta breve finalização é mostrar os nexos do fundo público e da política social com o circuito ampliado do valor em múltiplas dimensões, tendo em vista contrarrestar a queda da taxa de lucros e fazer o rotar o capital, mas sempre sendo disputados no solo da história, no contexto da luta de classes, ainda que numa correlação de forças desfavorável ao trabalho, como nos últimos decênios.

As “saídas” desta crise ainda estão em curso, do ponto de vista teórico-ideológico e também prático-político, com o corolário da austeridade, o que no Brasil representa uma condição de ajuste fiscal permanente nas últimas décadas (Behring, 2017), com nenhuma consideração para com as instituições democráticas, blindadas que estão aos interesses dos trabalhadores (Demier, 2016). A saída da crise global de 1929-1932 não traz bons augúrios para a humanidade: o nazi-fascismo, a guerra generalizada, uma enorme queima de forças produtivas seguida da guerra-fria. O Estado Social, produto da reconstrução do pós-guerra (quente), como experiência geopoliticamente datada (Behring, 1998), resultou de uma correlação de forças historicamente situada, quando da existência da URSS, e as conquistas civilizatórias daí decorrentes vêm sendo atacadas e muitas vezes desconstruídas, engendrando as expropriações atuais. Os acontecimentos recentes apontam para saídas embebidas de barbárie, tal como nos referimos na introdução deste texto. O autor principal com quem dialogamos nesta última parte do texto e com quem mantemos profunda afinidade, Daniel Bensaid, sugere uma saída anticapitalista, considerando o esgotamento das saídas reformistas, de cariz socialdemocrata, o que exige uma recomposição da esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Paul A.. A economia política do desenvolvimento. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____ & SWEEZY, Paul M. Capitalismo Monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BEHRING, Elaine R. Acumulação Capitalista, Fundo Público e Política Social. IN: Política Social no Capitalismo – tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crise do Capital, Fundo Público e Valor. IN: Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio, BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine e GRANEMAN, Sara (Orgs.) *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. & BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

_____. *Brasil em Contra-Reforma- desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Ed. Cortez, 2003.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. SP, Cortez, 1998.

BENSAID, Daniel. Préface de Daniel Bensaid. In: MARX, Karl. *Les Crises Du Capitalisme*. Texte inédit. Preface de Daniel Bensaid. Paris: Éditions Demopolis, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Crise do Capital e Política Social IN: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara M. e MIOTO, Regina T. (Orgs.). *Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.

_____. *Les Dettes Illégitimes: quand lês banques font main basse sur lês politiques publiques*. Paris: Ed. Raisons D'Agir, 2011.

DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIDIER, Raphael. *Comprendre la Dette*. Paris: Ellipses, 2011.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. *Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1990

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

- HUSSON, Michel. El Capitalismo Tóxico. IN: Viento Sur nº 101, noviembre de 2008.
- IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. São Paulo, Civilização Brasileira, 1984.
- LORDON, Frédéric. Jusqu'á quand? Pour em finir avec lês crises financières. Paris: Raisons D'Agir, 2008.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. SP, Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, Volume I, Tomo I e II, 1988.
- _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, Volume II, 1984.
- _____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, Volume III, Tomos I e II, 1984.
- _____. Les Crises Du Capitalisme. Texte inédit. Preface de Daniel Bensaid. Paris: Éditions Demopolis, 2009.
- MENDES, Áquilas. Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira. Impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do capital. São Paulo. Ed. Boitempo/UNICAMP, 2002
- NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- _____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005
- O'CONNOR, James. USA: A crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. Os Direitos do Antivalor. A Economia Política da hegemonia Imperfeita. Petrópolis, Vozes, 1998. (Parte I Do Mercado aos Direitos)
- PAIVA, Beatriz, ROCHA, Mirella & CARRARO, Dilceane. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. In: Revista Ser Social. Vol. 12, Nº 26. Brasília: SER/UnB, janeiro/junho de 2010.
- SALVADOR, Evilásio. Fundo público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- _____. Renúncias Tributárias – os impactos no financiamento das políticas sociais no Brasil. Brasília: INESC, 2015.

_____. & TEIXEIRA, Sandra O.. Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís: EDUFMA, V. 18, n.1, janeiro/junho 2014.

_____. Crise do Capital e o Socorro do Fundo Público. IN: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara M. e MIOTO, Regina T. (Orgs.). Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2010-b.

SOUZA FILHO, Rodrigo. Fundo Público e Políticas Sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. Juiz de Fora. Mimeo. 2015a

_____. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. Juiz de Fora. Mimeo. 2015b

SILVA, Giselle de Souza. Transferência de Renda e Capital Portador de Juros: uma insidiosa captura. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ, Mimeo, 2010.

VVAA. Manifeste d'économistes atterrés. Paris: Les Liens qui Libèrent,